

Portugal no centro do mundo

HOJE, MAIS DO QUE NUNCA, é assim que temos que nos ver como Estado — Portugal no centro do mundo. Mais fácil é posicionarmos com esta atitude, num mundo globalizado na informação/comunicação, na cultura e na economia. Mesmo do ponto de vista geográfico, o nosso país encontra-se no centro de sucessivos círculos onde se encontram as capitais das nações que mais nos interessam. Como aliados. Por razões de segurança, ou por motivos económicos.

Quando, por si só, um país não dispõe de massa crítica suficiente para impedir outros actores de afectarem os seus interesses, particularmente os seus interesses vitais, terá de procurar acordos e alianças, por forma a poder reforçá-la e, assim, conseguir melhores condições para contrabalançar as ameaças que esses actores para nós representam.

Ao longo da história de Portugal, esquecemos por vezes esta realidade. E fomos atrás de parceiros que aparentavam resolver os nossos problemas, sem sequer cuidarmos de nos preparar para a situação em que isso não mais fosse possível, ficando reféns de uma ligação cujo fim daria origem a períodos mais ou menos prolongados de crise.

Foi assim com o ciclo da Índia, durante o qual não houve a prudência de preparar saídas alternativas em outros espaços geográficos, particularmente com a criação e consolidação de alianças europeias e/ou a preparação atempera-

da dos espaços sul-americanos. Foi como se a postura dos responsáveis políticos portugueses se tivesse petrificado em assumir a consciência de líderes de um país periférico em relação às regiões de exploração situadas a oriente, das quais dependíamos e de que nos encontrávamos reféns. Conhece-se o período crítico em que mergulhámos, quando se esgotaram as potencialidades do eixo Portugal-Índias Orientais: necessidade de abandonar precipitadamente certas praças na Índia e no Norte de África, desastre de Alcácer-Quibir e perda da independência.

O ciclo do Brasil repetiu a convicção de solução para todo o sempre que havia caracterizado o ciclo da Índia. Criando uma situação de ligação umbilical com o grande país da América do Sul, que se tornou essencial para a nossa sobrevivência, não conseguimos ver e agir em todos os azimutes, concentrando todos os esforços e atenção no além do Atlântico Sul, do qual passámos a constituir um dependente periférico. Uma longa crise de cerca de meio século da qual sairíamos apenas com a Regeneração, onde se incluiu uma furiosa guerra civil, encerrou a fase brasileira da nossa história.

A fase africana, da qual saímos apenas com o 25 de Abril, assistiu à repetição dos dois erros anteriores, com Portugal a assumir outra vez a natureza de país geográfica e estrategicamente periférico. Completamente envolvidos na crença de sermos capazes de prevalecer onde

outros, muito mais poderosos, tinham cedido inteligentemente, ao mesmo tempo que preparavam outras soluções, insistimos no afunilamento estratégico, sem qualquer vislumbre de estratégias alternativas que privilegiassem outras direcções, caindo em mais uma grave situação crítica de rotura, protagonizado pelos militares, que lograram impedir com dificuldade o estabelecimento de nova ditadura.

Os perigos das estratégias de “abraço do urso”

A nossa adesão à Comunidade Europeia significou uma aposta na direcção estratégica da Europa, mantendo e acentuando Portugal, mais uma vez, a postura de país periférico de que há alguns anos está a tentar sair, agora em relação ao espaço europeu.

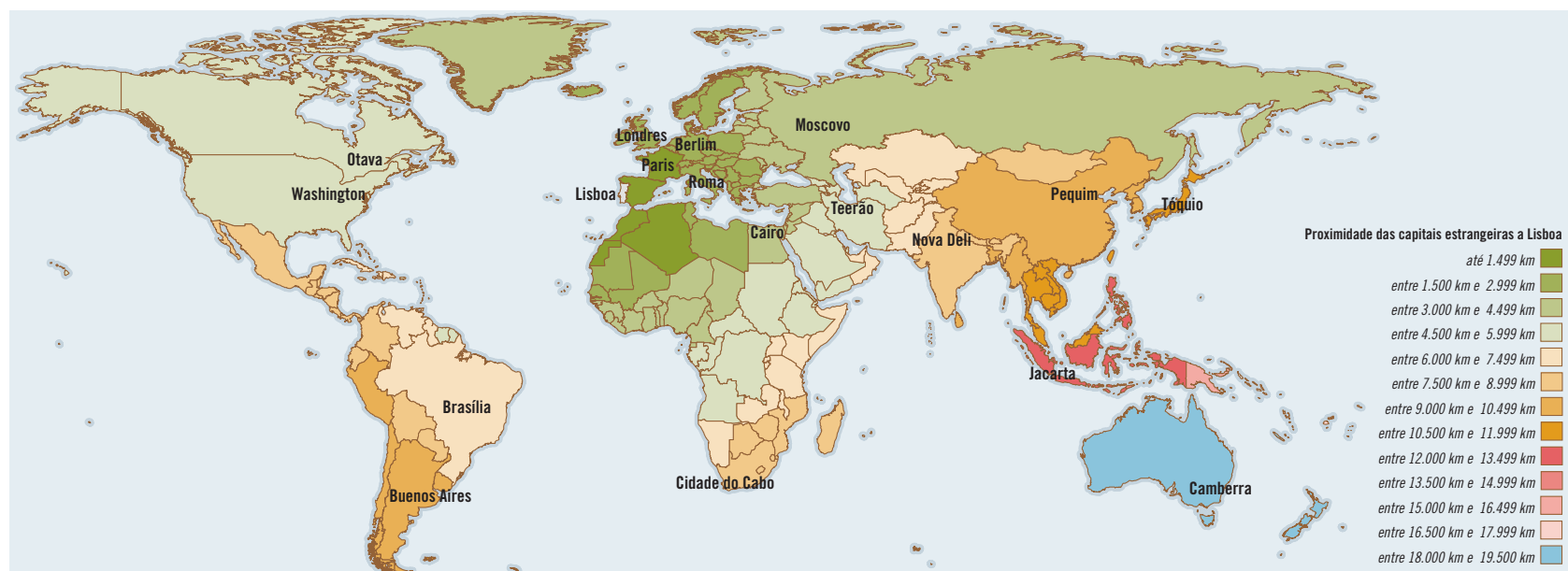
A crise das dívidas soberanas veio chamar a atenção para a necessidade de reforçar a busca de alternativas à União, recolocando Portugal no “centro do mundo” e retirando-o da situação de refém dos governos europeus mais poderosos, especialmente da Alemanha. Não tem havido todos os cuidados aconselháveis em qualquer aliança política, bilateral ou multilateral. Em vez de termos reforçado a nossa massa crítica para agir internacionalmente sem dependências exageradas, adoptaram-se políticas económico-financeiras que, além de desmantelarem grande parte dos sectores produtivos nacionais (pesca, agricultura e indústria), afastaram-nos da situação desejável de auto-suficiência mínima — importando cerca de setenta por cento dos bens alimen-

tares de que necessitamos — e tornámo-nos reféns dos nossos credores e de quem pode assegurar os nossos pagamentos ou definir o custo do dinheiro de que precisamos.

O rumo que a União Europeia seguiu, de natureza intergovernamental tipo confederação de Estados, cria dificuldades à definição das políticas apropriadas ao interesse nacional, afectando-o mesmo de modo significativo, como é o caso de termos perdido a soberania completa sobre os recursos biológicos dos nossos mares, que passaram para a exclusiva competência da Comissão Europeia, o que resultou do alargamento dos sistemas de votação por maioria relativa a decisões do Conselho Europeu em assuntos que podem ferir os nossos interesses vitais.

Por outro lado, as regras do mercado único, caso Portugal não tenha o cuidado de evitar dependências económicas desequilibradas com aliados muito mais poderosos, podem criar-nos situações de sermos objecto de estratégias de “abraço de urso” que nos retirem liberdade de acção no campo económico e nos tornem reféns desses Estados.

É necessário reorientar a política externa portuguesa, tirando partido, por um lado, dos nossos laços históricos universais e de uma inteligência estratégica de actuação *soft* que a nossa experiência histórica mostra estar ao nosso alcance, e, por outro, do facto de sermos percebidos como um país sem ambições “neocolonialistas”, mas com características apetecíveis de modernidade, e de podermos servir como elemento de ligação entre espaços



geopolíticos, tarefa que já desempenhámos no passado e para a qual parecemos vocacionados. Uma reorientação feita sem sairmos da União. Não só porque, enquanto não ultrapassarmos a situação de desequilíbrio das nossas contas públicas, esta opção se poderia transformar num desastre, mas principalmente porque a nossa pertença ao bloco europeu será globalmente vantajosa, particularmente em termos do reforço de “peso específico” na cena internacional, desde que ponhamos fim à situação financeira e económica crítica em que nos colocámos. Ou seja, o papel chave de “elo de contacto” geopolítico sai reforçado por fazermos parte da UE.

“**É necessário reorientar a política externa portuguesa, tirando partido, por um lado, dos nossos laços históricos universais [...] e, por outro, do facto de sermos percebidos como um país sem ambições “neocolonialistas” [...]**”

Entre os pontos de aplicação e de esforço das nossas relações exteriores, têm especial relevo os países lusófonos, com muitos dos quais já firmámos laços de vária ordem, que devem envolver fortes ligações económicas. Em destaque, o gigante que já é o Brasil, com quem precisamos de aprofundar as nossas ligações, partindo do princípio de que a sua afirmação global em curso deverá ser fortemente apoiada por nós, já que ela nos é fortemente vantajosa. Raciocínio idêntico aplica-se a Angola, a Moçambique, e a todos os Estados lusófonos com os quais, a partir das plataformas estratégicas culturais que nos unem, é necessário estabelecer relações no domínio material, em função dos respectivos interesses concretos, no sentido de reforçar o potencial estratégico de cada um. Uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) activa no domínio dos negócios, potenciando interações bilaterais e ultrapassando o patamar do património cultural comum, que deve continuar a ser solidificado, pode transformar-se numa placa estratégica de união, fonte de prestígio de todos e de cada um e pólo de atracção de outros actores que nos interessem. Outra área de esforço diplomático-económico será aquela que esteja relacionada com

a disponibilidade de recursos estratégicos, como sejam os combustíveis fósseis, e possam constituir mercados de interesse para as nossas exportações, particularmente das que tiverem elevado valor acrescentado nas quais deveremos apostar. A reorientação da nossa política externa inclui o aprofundamento paralelo da reorientação do esforço produtivo para a exportação, no sentido do aumento dos produtos com grande incorporação de conhecimento. Os países do Médio Oriente e do Norte de África, tal como os da África subsariana e os da América do Sul, encontram-se incluídos nesta área.

O nosso papel de intermediário também poderá alcançar efeitos importantes no campo da diplomacia económica, nos grandes países/mercados com os quais temos laços históricos específicos, especificamente na região geopolítica da Ásia/Pacífico, com cujos países teremos de regressar aos negócios. A começar pela China e outros Estados emergentes, em acelerado desenvolvimento, reavivando as palavras derivadas do português existentes nas línguas de muitos deles. Esforço semelhante poderá ser feito no subcontinente indiano.

Relações globais de segurança

Se o relacionamento económico transporta riqueza e desenvolvimento e reforça o entendimento pacífico, as ligações bilaterais e multilaterais de segurança têm enormes potencialidades para estimular e impulsionar as relações económicas.

Portugal, pelas organizações de segurança a que pertence, com relevo para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e a União Europeia no âmbito da política de segurança e defesa, e pelas provas que têm dado as suas forças militares destacadas em operações de paz ao serviço das Nações Unidas, transformou-se num fornecedor internacional de segurança. Não apenas com os seus contingentes armados, mas também na cooperação técnico-militar e no quadro da resolução e arbitragem de conflitos nos mais diversos lugares do mundo.

De acordo com a posição centralizada que defendemos, a aliança que melhor defende a segurança de Portugal é a NATO, uma vez que, no quadro geoestratégico por ela abrangido, o nosso país fica colocado em posição central, com espaços de cobertura em todas as direcções com excepção da direcção sul, onde outras associações internacionais de

AMEAÇAS EXTERNAS À SEGURANÇA NACIONAL

- 1) Constrangimentos políticos que espartilhem a liberdade de acção de defendermos os nossos interesses. Tanto nas organizações multilaterais como nos acordos bilaterais que negociamos, há que traçar uma linha vermelha, para além da qual não nos deveremos disponibilizar a ceder posições em troca de compromissos. Constituem limites ao nosso envolvimento tudo que nos possa tornar reféns de países nossos parceiros em alianças e em acordos directos. Deverá ser feita a avaliação permanente sobre se o que ganhamos contra aquilo que perdemos. Devemos impedir a todo o custo que o que perdemos descaracterize a nossa soberania.
- 2) Constrangimentos económicos que nos retirem liberdade de acção para controlar os sectores essenciais aos níveis de bem-estar e segurança que, realisticamente, ambicionamos, e para garantirmos apoios sociais e de segurança correspondentes a padrões de vida considerados satisfatórios e para manter a paz social e a segurança nacional.
- 3) Constrangimentos financeiros que impeçam o Estado português de cumprir as suas obrigações perante os credores, especialmente dos seus credores externos, uma vez que, a verificar-se tal situação, o país verá restringida a sua soberania e serão outros, que não nós, a ditarem o nosso destino colectivo.
- 4) Constrangimentos de informação mediática, da autoria de interesses económicos ou de interesses estrangeiros, que poderão conduzir a percepções não correspondentes à realidade, provocar alarme social e/ou instabilidade ou desagregação política, e afectar a coesão nacional.
- 5) Constrangimentos militares que nos forcem a agir contra os interesses nacionais ou ponham em perigo a segurança nacional.
- 6) Violação dos nossos espaços de soberania e actividades terroristas e do crime organizado com forte impacto social e estratégico, proliferação de armas de destruição massiva, Estados falhados, conflitos regionais e alterações ambientais.
- 7) Dependências excessivas, em termos de número de fornecedores e desproporção da quantidade que cada um fornece, quanto ao acesso aos recursos estratégicos fundamentais, com destaque para os energéticos e alimentares.

que fazemos parte nos fornecem essa cobertura – União Europeia, na sua relação com os Estados do Norte de África, e, até certo ponto, a CPLP, com grande potencial de atracção de Estados não lusófonos. Sendo uma associação cultural e não aliança militar, pode estreitar os laços de Portugal com Estados não lusófonos pertencentes a organizações regionais africanas e sul-americanas.

Interessa-nos uma NATO organização de segurança regional, que não ponha de parte intervenções globais quando estejam ameaçados interesses vitais dos seus Estados membros e que estabeleça um quadro planetário de parcerias estratégicas com outras expressivas organizações de segurança regional e grandes potências. Uma NATO deste tipo poderá constituir um importante factor de estabilização e pacificação globais e, assim, funcionar como uma rede de potenciação de relações económicas e culturais frutuosas.

Neste contexto, é muito desejável o alargamento da cooperação técnico militar de Portugal com outros países africanos não lusófonos e, particularmente, uma ligação com uma estrutura de segurança do Atlântico que

venha a constituir-se a Sul do trópico de Câncer, que passaremos a designar por Sistema de Segurança do Atlântico sul (SSAS), onde os países lusófonos desempenharão papel relevante, dado o seu potencial estratégico próprio, como o Brasil e Angola, e/ou as suas posições estratégicas chave, como Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

A nossa actuação na Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) complementada por algumas das propostas de Medvedev para a segurança da Europa pode reforçar o nosso papel de fornecedor de segurança e de estabilidade.

Em síntese, reorientar a política externa nacional que o quadro geopolítico em formação aconselha ao nosso país significa: centralizar a nossa posição geopolítica e agir em todos os azimutes, sem voltar costas à Europa; apostar decididamente no mar e para além do mar, para não ficar refém da União Europeia, com a finalidade de aumentar o nosso peso internacional e a nossa liberdade de acção no campo externo, e de criar condições para partilharmos segurança cooperativa com a finalidade de defendermos os nossos interesses. ■